

ATA**Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve****06 de outubro de 2015 – CCDR Algarve**

ATA DA REUNIÃO N.º	2
DATA:	06 de outubro de 2015
HORA:	10h00
LOCAL:	CCDR Algarve
PRESENCAS	Ver anexo

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Aprovação da ata da primeira reunião;**
- 2) Aprovação do regulamento de funcionamento da Plataforma;**
- 3) Breve balanço/apresentação dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020;**
- 4) Balanço das candidaturas às DLBC do Algarve**
- 5) Outros Assuntos.**

O Eng.º **David Santos**, Presidente da CCDR Algarve e Gestor do CRESC ALGARVE 2020, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Mencionou que a ordem de trabalhos proposta para a reunião, assim como os documentos sujeitos a aprovação, foram enviados atempadamente para todos os membros para apreciação, via correio eletrónico.

1) Aprovação da ata da primeira reunião

Passando de imediato ao ponto um “Aprovação da ata da primeira reunião” da ordem de trabalhos, deu a possibilidade aos presentes de se pronunciarem. Não havendo qualquer manifestação dos mesmos, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovado por unanimidade.

2) Aprovação do regulamento de funcionamento da Plataforma

Seguidamente o **Eng.º David Santos**, passou ao ponto dois da agenda de trabalhos, “Aprovação do regulamento de funcionamento da Plataforma”, tendo prestado a informação que este documento foi enviado para os membros da Plataforma, com as alterações solicitadas por estes. Começou por comentar que o referido regulamento está em conformidade com as exigências do CPA – Código do Procedimento Administrativo. Seguidamente passou a palavra aos presentes para possíveis considerações, não havendo observações a fazer, o ponto dois foi colocada a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

A **Dra. Ofélia Ramos** pediu a palavra para solicitar uma alteração ao Regulamento de funcionamento da Plataforma no artigo 2º onde refere Centro Regional de Segurança Social do Algarve, deverá constar Centro Distrital de Segurança Social de Faro.

3) Breve balanço/apresentação dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020;

Prosseguindo para o ponto três, “Breve balanço/apresentação dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020” o **Eng.º David Santos** fez uma apresentação em *PowerPoint* (anexo 1), ficando acordado que esta será posteriormente remetida aos membros da plataforma. No início da discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o **Eng.º David Santos** fez o ponto de situação do domínio da Competitividade – Sistemas de Incentivos, onde salientou que dos 34

2/9

avisos encerrados, deram entrada 438 candidaturas, estando até à presente data 85 projetos aprovados. De entre estes, destacou que o maior número de candidaturas rececionadas foram os “vales”.

Seguidamente passou a apresentar o domínio da Inclusão Social e Emprego – FSE, referindo que a 30 de setembro encerrou o aviso “Vida Ativa para Desempregados” dando entrada uma candidatura que está em análise.

Comunicou ainda que no domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, se encontra encerrado apenas um aviso relativo a Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) em fase de análise.

O **Eng.º David Santos** fez ainda referência aos dois avisos encerrados no âmbito das intervenções territoriais. Foram encerrados os avisos do Reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, apresentada pela AMAL, e foram encerradas as duas fases do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Neste contexto informou que das dezasseis candidaturas de parcerias submetidas na 1ª fase só foram aprovadas nove candidaturas que entregaram agora, as suas Estratégias de Desenvolvimento Local (em fase de análise).

Seguidamente, o **Eng.º David Santos**, fez a apresentação mais sistematizada do Domínio Competitividade – Sistemas de Incentivos, tendo mencionado o número de candidaturas e valores de investimento candidatado elegível, por tipologia de intervenção (I&DT, Inovação e Qualificação PME), por dimensão das empresas, e ainda quanto à sua desagregação por concelhos, realçando os concelhos de Alcoutim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo **continuam** sem qualquer candidatura apresentada até ao momento (conforme anexo 1).

O **Dr. António Ramos** tomou da palavra **reforçando** que **esta constatação é mais significativa uma vez que foram abertos avisos** específicos para os concelhos de Baixa Densidade.

O **Eng.º David Santos** passou a expor a desagregação por sector de atividade, mencionando que nos setores da Agroindústria, Energia e Saúde, não se regista **ainda** qualquer candidatura. A tipologia de “vales” com expressão **importante** ainda não teve um tratamento desagregado por setor de atividade e também por candidaturas rececionadas e aprovadas, o que deverá acontecer na próxima reunião.

4) Balanço das candidaturas às DLBC do Algarve

Passando ao ponto quatro da agenda de trabalhos “Balanço das candidaturas às DLBC do Algarve” o **Eng.º David Santos**, apresentou as três intervenções para o território do Algarve, iniciando a abordagem deste ponto referindo-se às DLBC Rurais, identificando a área de intervenção por concelho.

O **Dr. António Ramos** tomou da palavra, fazendo a observação quanto a uma nova realidade no âmbito das DLBC Rurais, decorrente da nova agregação das freguesias, uma vez que a área de intervenção passou a ser maior, chegando quase ao litoral o que leva o FEADER a intervir em territórios que anteriormente eram urbanos (ou não rurais).

O **Eng.º David Santos** passou de imediato para as duas DLBC Costeiras, identificando a sua área de intervenção territorial, realçando que o Algarve fica “dividido” em sotavento barlavento. Chamando a atenção da existência territórios coincidentes com as DLBC Rurais **onde** se terá de ter algum cuidado em sede de análise.

Fazendo referência às DLBC Urbanas, o **Eng.º David Santos** mencionou que os concelhos selecionados para estas parcerias foram os de Faro, Tavira, Lagos e Silves. Evocando que área territorial da intervenção das DLBC nestes concelhos é muito pormenorizada, tendo sido solicitada a sua intervenção por localização de Rua/Bairro.

Tomando a palavra o **Dr. António Ramos** explicou que se procura garantir a não sobreposição dos beneficiários e das operações [com os mesmos fundos](#), na mesma área de intervenção, com a identificação pormenorizada de localização de intervenção da DLBC.

A **Dra. Ofélia Ramos** tomou da palavra informando que fará chegar junto da CCDR um documento da Segurança Social, com a definição da área territorial de delimitação da intervenção das CLDS.

Prosseguindo a apresentação, o **Eng.º David Santos** anunciou quais fundos de financiamento das parcerias às DLBC, informou que no caso das DLBC Rurais serão financiadas pelo FEADER + FEDER + FSE, nas DLBC Costeiras serão financiadas pelo futuro FEAMP+FEDER+FSE e as DLBC Urbanas terão apenas um financiamento de FEDER + FSE.

O **Dr. António Ramos** ilustrou os mecanismos previstos no PO CRESC Algarve 2020 para a articulação entre as intervenções no âmbito do FEDER e FSE (para gerar emprego) e as intervenções previstas na esfera pública, (no âmbito da valorização dos recursos endógenos associados à Prioridade de Investimento 8.9.), ao abrigo do qual se encontra a concurso um Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (PADRE)

Não havendo questões, o **Eng.º David Santos** passou ao último ponto da agenda “Outros Assuntos”, informando que irá solicitar uma reunião com a gestora do PDR e o Gestor do PROMAR, para que possa existir uma maior articulação entre os Fundos de Investimento neste quadro comunitário, [com reflexo nas reuniões desta Plataforma](#).

Seguidamente o **Eng.º David Santos** esclareceu que domínio Competitividade – Sistemas de Incentivos, esta numa fase mais avançada devido às semelhanças com o quadro comunitário anterior, daí que a sua implementação foi mais fácil. Informou que o FSE está um pouco

atrasado, estando ainda num período adaptação, realçando que o FSE tem algumas especificidades com a contratualização com os Organismos Intermédios e os **Beneficiários Responsáveis de Execução de Políticas Públicas (BREPP)**. Informando ainda da existência de alguns problemas com a consolidação do Sistema de Informação dos formulários de candidatura.

Passando para o âmbito da Ciência, o **Eng.º David Santos**, clarificou que o atraso na sua implementação, deve-se ao facto de terem sido solicitadas alterações ao Regulamento por não estarem contempladas em algumas tipologias a elegibilidade das despesas com os recursos humanos. Informou o **Eng.º David Santos** que estas alterações foram autorizadas ministerialmente, estando a aguardar a sua publicação. Destacou ainda, estarem já acordados as competências a delegar no FCT e a interação existente com este organismo.

Tomou a palavra a **Dra. Ofélia Ramos**, realçando a existência de bastantes problemas na Plataforma SIIFSE, informando ter sido muito complicada a formalização das candidaturas ao PO ISE.

O **Dr. Hugo Barros** tomou da palavra, questionando se o objetivo desde quadro comunitário não era formalizar através do portal Portugal 2020 as candidaturas, pedidos de pagamento e tudo o resto. Advertindo o exemplo do IAPMEI que está a funcionar com uma plataforma própria.

Esclareceu de imediato o **Dr. António Ramos** que para o beneficiário só existe uma porta de entrada, que sistemas têm de estar muito alinhados e ajustados, uma vez que este quadro comunitário está muito dependente dos resultados. Todos os indicadores contratualizados têm que estar inseridos no portal 2020 para que a motorização de desempenho seja avaliada.

Tomou a palavra o **Dr. Válder Matias** inquirindo, de quem é o poder de decisão nas DLBC quanto aos montantes disponíveis de FSE e FEDER a concursos, se os avisos de abertura de candidaturas serão contínuos, e ainda qual o papel dos GAL no território nesta intervenção.

Respondeu o **Eng.º David Santos** que nada está ainda decidido, e que antes da abertura dos avisos irão realizar-se reuniões para ouvir a opinião das Associações, uma vez que estas possuem um maior conhecimento e experiência nestas intervenções.

Tomando a palavra, o **Dr. António Ramos** mencionou ainda que em relação às DLBC, existem questões ainda por esclarecer, exemplificando que no caso de uma candidatura que queira candidatar-se aos dois fundos, FSE (para postos de trabalho) e FEDER (para a componente material), ainda não está claro como se irá processar.

O **Dr. Hugo Barros** tomou da palavra para solicitar o esclarecimento, se da análise que nos é apresentada sobre os sectores, detetarmos algumas lacunas face daquilo que é a estratégia regional se poderemos intervir de forma mais dirigida (nomeadamente quando não tivermos procura).

O **Eng.º David Santos** tomando da palavra, respondeu que essa era a missão da plataforma que iremos reunir mensalmente para fazermos essa análise. Explanou ainda a sua preocupação no número de operações que são consideradas não elegíveis. Dando a conhecer que seria conveniente a criação de um quadro com número de candidaturas rececionadas, seleciona-las pelos seis setores de atividade da RIS III, e contabilizar as que não ficam e o porquê, de não serem consideradas elegíveis em sede de análise pelos organismos intermédios nosso parceiros. O **Eng.º David Santos** mencionou ainda que internamente terão que ser estabelecidas estratégias para combater alguns critérios de análise altamente subjetivos.

Esclareceu ainda o **Dr. António Ramos** que as candidaturas rececionadas são ainda muito discrepantes daquelas que gostarias de rececionar, havendo ainda muito trabalho a realizar, junto dos nossos parceiros regionais para concretização da nossa estratégia regional.

O **Dr. Hugo Barros** tomou da palavra comunicando que em sede de análise de candidatura no caso dos “vales”, surgiram erros crassos. Explanando que em sede de candidatura o número de postos de trabalho não foi solicitado, existindo uma lacuna da própria candidatura, depois em contraditório esse número é considerado como um dado novo sendo um erro.

Voltando à subjetividade da análise nos projetos de grande dimensão o **Dr. Hugo Barros** tomou da palavra, exemplificando projetos IDT, em que lei permite que quando uma empresa faz um projeto, não necessita de [ter registo do CAE](#) desse projeto, mas sim o CAE já existente da empresa, só é necessário registar o CAE do projeto aquando da concretização desse projeto. Referindo que se [estão](#) a declinar candidaturas porque os CAE desses projetos [não estão](#) registados [no momento da candidatura](#).

O **Eng.º David Santos** tomou a palavra e para complementar esta questão de análise de candidaturas, e para se perceber as razões das não elegibilidades, propondo que nesta fase inicial, sejam definidas critérios e elaborada uma matriz de análise de candidaturas, evitando que as candidaturas sejam reanalisadas após contraditório de cada vez que se encontra uma elegibilidade.

O **Dr. António Ramos** tomando a palavra, informou que a CCDR está a programar sessões de trabalho com a ANI e com o IAPMEI, em paralelo com Conselho de Inovação Regional, para dar a conhecer que a realidade do Algarve é muito diferente do resto do País e da Europa em termos [da massa crítica relevante e da escala de desenvolvimento de projetos](#) de inovação e IDT, estando num patamar inferior de desenvolvimento principalmente em matérias como Energias Renováveis, Agroalimentar e o Mar.

A **Dra. Ofélia Ramos** tomou da palavra, questionando as datas para a abertura das candidaturas às CDLS e RLIS, porque estavam inicialmente agendadas para setembro e outubro respetivamente.

Respondeu à questão o **Eng.º David Santos**, dizendo que a aprovação das datas dos avisos de abertura eram discutidas ministerialmente, havendo uma reunião dia sete de **cada mês** para decisão deste assunto, e que os avisos aprovados seriam publicados após essa data no portal do Portugal 2020. O **Eng.º David Santos Solicitando** solicitou, ainda uma reunião com a Dra. Ofélia Ramos.

A **Dra. Ofélia Ramos** tomou a palavra comunicando total disponibilidade para a reunião, informando que a Segurança Social detinha um documento já elaborado com os territórios de intervenção para as CLDS no Algarve. Informando ainda que em relação à rede RLIS esse documento ainda não está disponível, mas que em conjunto as duas entidades podiam delinear estratégias de implementação dessa rede para uma melhor operacionalização.

Não havendo mais questões o **Eng.º David Santos** agradeceu a participação dos presentes e deu por terminada a reunião.